FREDIE DIDIER JR.
PAULA SARNO BRAGA
RAFAEL ALEXANDRIA DE OLIVEIRA

15ª edição
revista, atualizada e ampliada

Curso de Direito
PROCESSUAL CIVIL

Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada, Processo Estrutural e Tutela Provisória

2

2020

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota dos autores à 15ª edição 23

Nota dos autores à 10ª edição 27

Prefácio 31

Capítulo 1 ▶ **Audiência de Instrução e Julgamento 35**

1. Conceito e generalidades 35
2. Conteúdo e estrutura 37
   - 2.1. Considerações iniciais 37
   - 2.2. Abertura da audiência. Pregão inicial 38
   - 2.3. Tentativa de autocomposição 39
   - 2.4. Produção das provas orais 39
   - 2.5. Alegações finais. Memoriais (razões finais escritas) 40
   - 2.6. Sentença 41
   - 2.7. Conversão do julgamento em diligência 42
3. Documentação da audiência. Lavratura do termo de audiência 42
4. Designação, antecipação e adiamento da audiência de instrução e julgamento 43
5. A unidade e continuidade da audiência. Casos excepcionais de suspensão 46
6. A audiência pública 47

Capítulo 2 ▶ **Teoria Geral da Prova e Parte Geral do Direito Probatório 53**

1. Noções introdutórias 53
2. Acepções da palavra "prova" 54
3. Meios e fontes de prova 55
4. O direito fundamental à prova. Relação entre o princípio do contraditório e o direito à prova 57
5. Classificação da prova 59
6. Prova e busca da verdade 61
7. Finalidade da prova 66
8. Destinatário da prova 68
9. Objeto da prova 69
   - 9.1. Observação preliminar 69

9.2. Características do fato probando 70
9.2.1. Controvérsia 70
9.2.2. Relevância 70
9.2.3. Determinação 70
9.3. Fatos que independem de prova (art. 374, CPC) 71
9.3.1. Fato notório 71
9.3.2. Afirmado por uma parte e confessado pela parte adversária ou admitido no processo como incontroverso 72
9.3.3. Fatos em cujo favor milita presunção legal de existência 73
9.3.3.1. Conceito de presunção legal 73
9.3.3.2. Presunções legais absolutas. As ficções jurídicas 74
9.3.3.3. Presunções legais relativas 75
9.3.3.4. Um caso específico de presunção legal relativa: a recusa da parte a submeter-se a exame genético 76
9.3.3.4.1. O art. 232 do Código Civil, o par. ún. do art. 2º-A da Lei n. 8.560/1992; o enunciado n. 301 da súmula do STJ 76
9.3.3.4.2. A aplicação dessas regras nas ações de investigação de paternidade/maternidade e de investigação de ascendência genética 78
9.3.3.5. A necessidade de construção do conceito de presunções normativas. As presunções negociais. 80
9.4. Prova da fonte normativa e prova da interpretação das fontes normativas ("prova do Direito") 81
9.5. Prova de fato ocorrido no estrangeiro 83
10. Regras da experiência, indícios e presunções 83
10.1. As regras da experiência 83
10.1.1. Generalidades 83
10.1.2. Espécies de regras da experiência 85
10.1.3. Distinção entre regra da experiência e fato notório 85
10.1.4. Funções da regra da experiência 86
10.2. Indícios e presunções judiciais 86
10.2.1. Indícios 86
10.2.2. A relação entre os indícios, as regras da experiência e as presunções 88
10.2.3. Presunções judiciais (simples, comuns ou "hominis") 91
10.2.4. A prova prima facie 92
10.2.5. Prova por amostragem 94
10.2.6. Prova de uma história 99
11. Procedimento probatório 99
12. Natureza jurídica das normas sobre prova 101
13. Normas estruturantes do direito probatório 104

13.1. Poderes instrutórios do juiz. Considerações sobre o garantismo processual 104
13.2. Aquisição processual da prova 114
13.2.1. Generalidades. A homogeneidade da eficácia probatória 114
13.2.2. Relevância de saber quem promoveu a produção da prova 116
13.3. Atipicidade dos meios de prova. As provas atípicas 117
13.4. Proibição de prova ilícita 119
13.4.1. Generalidades 119
13.4.2. Prova moralmente ilegítima 119
13.4.3. Prova ilícita e prova ilegítima 120
13.4.4. Critérios para aferição da ilicitude 120
13.4.5. Provas ilícitas por derivação 121
13.4.6. Exceções à proibição da prova ilícita por derivação. Art. 157 do Código de Processo Penal 121
13.4.7. Prova ilícita negocial 122
13.4.8. Direito fundamental à produção de prova e direito fundamental a não ter contra si uma prova produzida ilicitamente 122
13.4.9. Proibição de prova ilícita e proteção da intimidade e da privacidade 123
13.4.10. Proibição de prova ilícita e sigilo telefônico 124
13.4.11. Interceptação telefônica para instrução processual civil 125
13.4.12. Proibição de prova ilícita e aplicativos de mensagens 126
13.4.13. Consequência da inadmissibilidade da prova por ilicitude 128
13.4.14. Decisão baseada em prova ilícita: nulidade e rescindibilidade 129
13.5. Sistema de valoração da prova pelo juiz: convencimento motivado ou persuasão racional 130
13.5.1. Generalidades 130
13.5.2. "Livre" convencimento motivado 130
13.5.3. Limites à valoração da prova pelo juiz 131
13.5.3.1. Prova constante dos autos, corolário do princípio do contraditório 131
13.5.3.2. Motivação racional 131
13.5.3.3. Motivação controlável 132
13.5.3.4. Regras episódicas de prova legal 132
13.5.3.5. Respeito às regras da experiência 134
13.6. Ônus da prova 135
13.6.1. Conceito. Dimensões (funções) objetiva e subjetiva 135
13.6.2. Ônus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária 139
13.6.3. Distribuição legal do ônus da prova 139
13.6.3.1. Generalidades 139
13.6.3.2. A "inversão ope legis" do ônus da prova 142
13.6.3.3. Prova diabólica. Prova duplamente diabólica 143
13.6.3.4. Ônus da prova de fato negativo 146

13.6.4. Distribuição convencional do ônus da prova 149
13.6.5. Distribuição do ônus da prova feita pelo juiz 151
13.6.5.1. Generalidades 151
13.6.5.2. Pressupostos formais gerais 153
13.6.5.2.1. Decisão motivada 153
13.6.5.2.2. Momento da redistribuição 154
13.6.5.2.3. Proibição de a redistribuição implicar prova diabólica reversa 155
13.6.5.2.4. Regra de ônus da prova que pode ser alterada por decisão judicial 156
13.6.5.3. A regra geral de distribuição do ônus da prova feita pelo juiz 156
13.6.5.4. A inversão do ônus da prova feita pelo juiz em causas de consumo 159
14. Prova emprestada 161
14.1. Generalidades 161
14.2. Respeito ao contraditório 161
14.3. Critérios de valoração da prova emprestada 162
14.4. Prova emprestada produzida em segredo de justiça 162
14.5. Prova produzida por juízo incompetente 163
14.6. Interceptação telefônica autorizada no processo penal como prova emprestada no juízo cível 163
15. Preclusão para o juiz em matéria de prova 164
16. Conexão probatória e cooperação jurisdicional nacional (art. 69, CPC). 168

Capítulo 3 ▶ **Produção Antecipada da Prova 169**

1. Generalidades 169
2. Natureza jurídica 171
3. Fundamentos do pedido de produção antecipada de prova e petição inicial 172
4. O processo de justificação 174
5. Competência 175
6. Competência para a produção antecipada de prova e arbitragem 177
7. Tutela provisória liminar do direito à produção da prova 178
8. Citação dos interessados 178
9. Despacho inicial e esboço do procedimento 180
10. Defesa e recursos 181
11. Pedido contraposto de produção antecipada de prova 182
12. Intervenção de terceiro atípica: ampliação do polo passivo 183
13. Sentença, Coisa julgada e entrega dos autos 184
14. honorários advocatícios de sucumbência 185

Capítulo 4 ▶ **Depoimento Pessoal** 187

1. Noções gerais 187
2. Espécies: o depoimento por provocação e o interrogatório 188
3. Depoimento do presentante e do representante 190
4. Recusa de depor 191
   - 4.1. Noção 191
   - 4.2. Escusa de depor 191
     - 4.2.1. Noção 191
     - 4.2.2. Direito ou dever de silêncio 192
     - 4.2.3. Direito ao silêncio em relação a fatos criminosos ou torpes 193
     - 4.2.4. Direito ao silêncio sobre fatos relacionados à vida familiar ou à atividade profissional 196
     - 4.2.5. Regra geral de escusa 198
5. Procedimento do depoimento 198

Capítulo 5 ▶ **Confissão** 201

1. Generalidades 201
2. Natureza jurídica 202
3. Distinções 203
   - 3.1. Confissão e reconhecimento do pedido 203
   - 3.2. Confissão e admissão 205
4. Espécies de confissão 206
5. Eficácia da confissão 207
6. Ineficácia da confissão de quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados 209
7. A eficácia da confissão por representante 211
8. Irrevogabilidade da confissão 212
9. Invalidação da confissão 212
   - 9.1. Generalidades 212
   - 9.2. Impossibilidade de invalidação da confissão por dolo 213
   - 9.3. O erro de fato como causa de invalidação 214
10. Indivisibilidade da confissão 216

Capítulo 6 ▶ **Prova documental, ata notarial e exibição de documento ou coisa 217**

1. Conceito de documento 217
2. Documento e prova documental 221
3. Prova documental e prova documentada 222

4. Importância da prova documental 225
5. Elementos do documento 226
5.1. Autoria do documento 226
5.1.1. Autoria material e autoria intelectual 226
5.1.2. Documento autógrafo e heterógrafo 227
5.1.3. Documentos públicos e particulares 227
5.1.4. Subscrição e identificação da autoria 228
5.1.5. Autenticidade 230
5.2. Conteúdo 230
5.3. Suporte 232
6. Documento e instrumento 233
7. Data do documento 234
8. Eficácia probatória do documento 236
8.1. Introdução 236
8.2. Força probante dos documentos públicos 236
8.2.1. Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público 236
8.2.2. A caracterização da escritura pública como "prova plena". Crítica à utilização da expressão "prova plena" 238
8.2.3. O instrumento público como forma solene do ato jurídico (art. 406, CPC) 240
8.2.4. O documento público irregular (art. 407, CPC) 242
8.3. Força probante dos documentos particulares 244
8.3.1. Autenticidade e veracidade do conteúdo do documento particular (art. 408, *caput*, CPC) 244
8.3.2. Eficácia probatória dos documentos testemunhais (art. 408, p. único, CPC) 246
8.3.3. Eficácia probatória do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados 247
8.3.4. Eficácia probatória das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação 248
8.3.5. Eficácia probatória dos livros empresariais e da escrituração contábil 249
8.3.6. Indivisibilidade do documento particular (art. 412, p. único, CPC) e da escrituração contábil (art. 419, CPC) 250
8.4. Originais, cópias, certidões e traslados 251
9. Ata notarial (art. 384, CPC) 256
10. Vícios do documento: a irregularidade e a falsidade 259
11. Documento eletrônico 261
11.1. Noção 261
11.2. Segurança e confiabilidade 263
11.3. O processo em autos eletrônicos 267
11.4. O documento eletrônico no processo em autos de papel 269

12. *Blockchain* 269
12.1. O que é *blockchain* 269
12.2. Segurança e imutabilidade 272
12.3. Transparência 274
12.4. *Blockchain* como prova atípica 275
12.5. *Ethereum* e a ampliação do uso da *blockchain* 277
13. Produção da prova documental 278
13.1. Momentos da proposição e da produção da prova. O "*document dump*" como ilícito processual 278
13.2. Juntada posterior de documentos 281
13.3. Momento para manifestação sobre os documentos (art. 437, CPC) 283
13.4. Possíveis atitudes da parte contra quem a prova documental é produzida (art. 436, CPC) 283
14. Meios de obtenção da prova documental 284
14.1. Requisição de documentos (art. 438, CPC) 284
14.2. Exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404, CPC) 287
14.2.1. Generalidades 287
14.2.2. Pedido de exibição formulado em face da parte adversária 289
14.2.3. Procedimento da exibição promovida em face de terceiro particular 293
14.2.4. Exibição de documentos e produção antecipada de prova. 295
14.2.5. Exibição Exibição de documentos e negócios processuais. O Redfern Schedule 297
15. Arguição de falsidade 299
15.1. Noção 299
15.2. Natureza jurídica e finalidade 300
15.3. Legitimidade e interesse 301
15.4. Procedimento 302

Capítulo 7 ▶ **Prova Testemunhal 303**

1. Noções gerais 303
2. Admissibilidade da prova testemunhal 304
3. Capacidade para testemunhar 306
3.1. Generalidades 306
3.2. Incapazes de testemunhar. As relações entre o CPC, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei n. 13.431/2017 307
3.3. Impedidos de testemunhar. 310
3.4. Suspeitos para testemunhar. 311
3.5. O art. 228 do Código Civil. 312
3.6. A possibilidade de testemunho de pessoas incapazes, impedidas e suspeitas. 312

4. Direito ao silêncio 313
5. Local e tempo do testemunho 313
6. Juntada do rol e intimação da testemunha 316
7. Substituição da testemunha 318
8. Procedimento de colheita do depoimento 319
8.1. Método de inquirição 319
8.2. Qualificação e contradita 319
8.3. Compromisso e escusa de depor 320
8.4. Inquirição direta pelos advogados e pelo juiz 320
8.5. Testemunho em língua estrangeira e em Libras 323
8.6. Dever de urbanidade 323
8.7. Testemunhos em conferência (*witness conferecing* ou *hot tubbin*g) 324
8.8. Testemunho por escrito (*witness statement*) 325
9. Documentação do testemunho 326

Capítulo 8 ▶ **Prova Pericial 329**

1. Conceito e generalidades 329
2. Fontes da prova pericial 332
3. Espécies de perícia 334
4. O perito e o assistente técnico 336
4.1. O perito e suas funções 336
4.2. Requisitos para escolha do perito 340
4.3. Nomeação de mais de um perito. Perícia complexa. *Expert teaming* 345
4.4. Escusa e recusa do perito 346
4.5. Substituição do perito 348
4.6. Assistente técnico e suas funções 349
4.7. Quadro comparativo 350
5. Admissibilidade 351
6. Procedimento de produção da prova pericial 353
6.1. Requerimento ou determinação de ofício 353
6.2. Nomeação do perito, indicação do assistente e formulação de quesitos 354
6.3. Realização da perícia 356
6.4. Conteúdo do laudo pericial 357
6.5. Manifestação das partes. Esclarecimentos do perito 360
7. Perícia em local diverso 363
8. Perícia simplificada 363
9. A cadeia de custódia e sua aplicação no processo civil 365

10. Escolha consensual do perito 366
11. Valoração do resultado da perícia. Possibilidade de "segunda perícia" ou "outra perícia" 367
12. Despesas 372

Capítulo 9 ▶ **Inspeção Judicial 377**

1. Noção 377
2. Postulação e admissão/determinação da prova. Momento adequado para a sua produção 377
3. Inspeção como prova principal e única 378
4. Fonte da inspeção 378
5. Inspeção de pessoa. O direito de não ser inspecionado 379
6. Inspeção de pessoa (terceiro) 379
7. Inspeção direta e indireta 380
8. Inspeção indireta como perícia informal 380
9. Partes assistidas por *expert* 381
10. Local da inspeção 381
11. Participação das partes na produção da prova 381
12. Conclusão e documentação da inspeção. Auto da inspeção como pressuposto de existência 382
13. Documentação da inspeção feita na sede do juízo 382
14. Manifestação sobre resultado da prova 383

Capítulo 10 ▶ **Decisão Judicial 385**

1. Nota introdutória 385
2. Sistematização dos pronunciamentos judiciais 386
   - 2.1. Introdução: conceito e classificação dos pronunciamentos judiciais 386
   - 2.2. As decisões proferidas pelo juízo singular 386
     - 2.2.1. Generalidades 386
     - 2.2.2. Sentença 386
     - 2.2.3. Decisão interlocutória 388
   - 2.3. As decisões proferidas em órgão colegiado 389
   - 2.4. Decisões unipessoais proferidas em tribunal 390
3. A sentença como norma jurídica individualizada 390
4. Elementos da decisão judicial 394
   - 4.1. Introdução 394
   - 4.2. Relatório 394
   - 4.3. Fundamentação 395
     - 4.3.1. A legitimação da atividade jurisdicional e a regra da motivação 395
     - 4.3.2. Racionalidade e controlabilidade 398

4.3.3. Integridade e coerência 401
4.3.4. O conteúdo da fundamentação 401
4.3.4.1. Fundamentação de admissibilidade e fundamentação de mérito 402
4.3.4.2. Fundamentação de fato e fundamentação de direito 403
4.3.5. Dever de observância das consequências práticas da decisão (art. 20 da LINDB) 409
4.3.5.1. Introdução 409
4.3.5.2. O propósito do art. 20 da LINDB 410
4.3.5.3. Estrutura normativa 411
4.3.5.3.1. Postulado hermenêutico 411
4.3.5.3.2. Dever de motivação 415
4.3.5.3.3. O art. 20 da LINDB e o art. 489 do CPC 417
4.3.5.4. O dever de considerar as consequências práticas da decisão 417
4.3.5.4.1. Introdução: o pragmatismo jurídico e seus riscos 417
4.3.5.4.2. Conteúdo dogmático do dever de considerar as consequências práticas da decisão 419
4.3.5.5. Conclusão do ponto e balanço crítico 424
4.3.6. Decisão sem fundamentação 425
4.3.6.1. Ausência de fundamentação e fundamentação deficiente 425
4.3.6.2. Exemplos de decisões não fundamentadas (art. 489, § 1º, CPC) 425
4.3.6.2.1. Decisão que se limita à indicação, reprodução ou paráfrase do ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, I) 427
4.3.6.2.2. Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, II) 430
4.3.6.2.3. Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, III) 434
4.3.6.2.4. Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, IV) 435
4.3.6.2.5. Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (art. 489, § 1º, V) 439
4.3.6.2.6. Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, VI) 441
4.3.6.2.7. Decisão que deixa de indicar as consequências práticas da solução adotada com base em princípio normativo menos densificado 443

4.3.6.2.8. Outros exemplos 443
4.3.6.2.9. Dever de consideração de todos os argumentos suscitados (art. 489, § 1º, IV) e decisão de organização do processo prevista no art. 357, CPC. 448
4.3.6.3. Consequência da ausência de fundamentação 449
4.3.6.4. O art. 489, § 1º e o ônus da fundamentação analítica dos atos postulatórios 451
4.3.7. A fundamentação e a coisa julgada 451
4.4. Dispositivo 455
4.4.1. Conceito 455
4.4.2. A teoria dos capítulos de sentença 459
4.4.3. Repercussões da teoria dos capítulos de sentença 462
5. Requisitos da decisão judicial 464
5.1. A congruência da decisão judicial 464
5.2. A congruência externa 465
5.2.1. Introdução: a abrangência dos arts. 141 e 492 do CPC 465
5.2.2. A congruência objetiva 468
5.2.2.1. *Decisão ultra petita* 468
5.2.2.2. *Decisão extra petita* 472
5.2.2.3. *Decisão citra petita* 475
5.2.2.3.1. Generalidades 475
5.2.2.3.2. Espécies de decisão *citra petita* 476
5.2.2.3.3. Problemas específicos da decisão *citra petita* 480
5.2.3. A congruência subjetiva 481
5.3. A congruência interna 484
5.3.1. Introdução: uma comparação com os requisitos do pedido 484
5.3.2. Certeza (art. 492, p. ún., CPC). A sentença condicional 485
5.3.3. Liquidez 489
5.3.4. Clareza e coerência 495
6. Interpretação da decisão judicial 498
7. Decisões objetivamente e/ou subjetivamente complexas 505
8. Decisões definitivas e decisões provisórias. Decisões de mérito e decisões de admissibilidade 507
8.1. As "sentenças definitivas" e as "sentenças terminativas" 507
8.2. Classificação baseada na profundidade do exame (decisão definitiva e decisão provisória) e na natureza da questão decidida (decisão de admissibilidade e decisão de mérito) 510
9. A decisão e o fato superveniente 512
9.1. O art. 493 do CPC 512
9.2. Causa de pedir e causa de defesa supervenientes 514
9.3. Pressupostos para a aplicação do art. 493 do CPC 520

9.4. Aplicação do art. 493 do CPC na instância recursal 521
10. A decisão que acolhe exceção substancial dilatória 522
11. Conteúdo da decisão 528
11.1. Conteúdo e efeitos: distinção 528
11.2. Classificação das decisões de procedência quanto ao seu conteúdo 530
11.2.1. Introdução 530
11.2.2. Decisões condenatórias 533
11.2.3. Decisões constitutivas 536
11.2.4. Decisões meramente declaratórias 539
12. Efeitos da decisão judicial 541
12.1. Eficácia principal 541
12.2. Eficácia reflexa 541
12.3. Eficácia anexa (eficácia de fato) 543
12.3.1. Generalidades 543
12.3.2. Hipoteca judiciária 545
12.4. Eficácia probatória 549
13. Decisão determinativa 551
14. Publicação, retratação e integração da decisão 553

Capítulo 11 ▶ **Precedente Judicial 557**

1. Noções fundamentais 557
1.1. Decisão, precedente e *ratio decidendi* (ou *holding*) 557
1.2. *Obiter dictum* (ou *dictum*) 560
1.3. Identificação da *ratio decidendi* (ou *holding*) 563
1.4. Espécies de decisão e precedente 566
1.4.1. Decisão de admissibilidade, decisão de mérito e o precedente 566
1.4.2. Decisão que homologa autocomposição e precedente 567
2. A norma do precedente 568
3. Eficácia jurídica do precedente 569
3.1. Precedente como ato-fato jurídico 569
3.2. Efeitos dos precedentes 570
3.2.1. Generalidades 570
3.2.2. Precedente com eficácia vinculante/obrigatória 571
3.2.3. Precedente com eficácia persuasiva 573
3.2.4. Precedente com eficácia de obstar a revisão de decisões 573
3.2.5. Precedente com eficácia de obstar a invalidação de ato jurídico 575
3.2.6. Precedente com eficácia autorizante 575
3.2.7. Precedente com eficácia rescindente ou deseficacizante 577
3.2.8. Precedente que permite revisão de coisa julgada 578

3.3. Precedentes obrigatórios no direito brasileiro 579
3.3.1. Generalidades 579
3.3.2. Classificação pelo procedimento de formação 581
3.3.2.1. Precedentes oriundos de decisões em controle concentrado de constitucionalidade feito pelo Supremo Tribunal Federal 581
3.3.2.2. Precedentes cuja *ratio decidendi* foi enunciada em súmula 582
3.3.2.3. Precedentes produzidos por incidente em julgamento de tribunal: casos repetitivos e assunção de competência. O microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios 583
3.3.2.4. Precedentes oriundos do plenário ou do órgão especial 584
3.4. Reconstruindo algumas normas jurídicas fundamentais (princípios e regras) à luz da eficácia dos precedentes no direito brasileiro 585
3.4.1. Princípio da legalidade 585
3.4.2. Princípio da igualdade 586
3.4.3. Princípio da segurança jurídica 587
3.4.4. Regra da motivação das decisões judiciais 589
3.4.5. Princípio do contraditório 590
3.5. Distinção entre a eficácia do precedente, coisa julgada e eficácia da intervenção 591
4. Deveres gerais dos tribunais relacionados ao sistema de precedentes judiciais 592
4.1. Generalidades 592
4.2. Dever de uniformização da jurisprudência 592
4.3. Dever de manter a jurisprudência estável 593
4.4. Dever de dar publicidade aos precedentes 594
4.5. Dever de coerência e dever de integridade 595
4.5.1. Premissas 595
4.5.2. Dever de coerência 598
4.5.2.1. Generalidades 598
4.5.2.2. Alguns critérios para aferição da coerência 601
4.5.2.2.1. Conformidade com o repertório conceitual da Teoria Geral do Direito e da Dogmática Jurídica 601
4.5.2.2.2. Recondução a uma mesma norma superior 602
4.5.2.2.3. Conformidade com a regra que impõe requisitos para a congruência interna da decisão 603
4.5.3. Dever de integridade 603
5. A dinâmica do precedente 606
5.1. Súmula, jurisprudência e precedente. Produção e interpretação. Técnica de redação de enunciado sumulado 607
5.2. Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: *distinguishing* 611
5.3. Técnicas de superação do precedente: *overruling* e *overriding* 615
5.3.1. Generalidades 615

5.3.2. *Overruling* difuso e *overruling* concentrado....617
5.3.3. Fundamentação do *overruling*....618
5.3.4. Eficácia temporal da revogação do precedente....621
5.3.5. Modulação de efeitos da superação do precedente. A sinalização (*signaling*). Regime de transição e respeito aos atos constituídos sob a orientação anterior (arts. 23 e 24 da LINDB)....623
5.3.6. Superação antecipada (*anticipatory overruling*)....630
5.3.7. Superação parcial (*overriding*)....631
6. A "súmula vinculante"....632

Capítulo 12 ▶ **Coisa Julgada....637**

1. Coisa julgada – noção. Efeito negativo e positivo da coisa julgada....637
2. A coisa julgada como efeito jurídico....639
3. Pressupostos para a formação da coisa julgada....640
4. Fundamento constitucional da coisa julgada....641
5. Coisa julgada formal....641
6. Coisa julgada e tríplice identidade....642
7. Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada *pro et contra*, *secundum eventum litis* e *secundum eventum probationis*....644
8. Coisa julgada e negócios processuais....645
9. Limites objetivos da coisa julgada....647
9.1. Generalidades....647
9.2. Revisão de noções sobre a teoria da cognição judicial....647
9.2.1. Questão principal e questão incidental....647
9.2.2. Conceito de mérito (objeto litigioso) – visão tradicional....648
9.2.3. Conceito de mérito (objeto litigioso) – posição adotada – o exercício do contradireito pelo réu....649
9.3. Questão principal expressamente decidida....650
9.4. Decisão de mérito....651
9.5. Coisa julgada parcial. A ação rescisória contra coisa julgada parcial....651
9.6. Decisões de conteúdo processual e coisa julgada....654
9.7. Incidentes processuais e coisa julgada....657
9.8. Extensão da coisa julgada às questões prejudiciais incidentais....658
9.8.1. Conceito de questão prejudicial....658
9.8.2. Questão prejudicial expressa e incidentalmente decidida....659
9.8.3. Questão prejudicial incidental expressamente decidida e efeito devolutivo do recurso....661
9.8.4. Dois regimes jurídicos distintos de coisa julgada: coisa julgada relativa à solução da questão principal e coisa julgada relativa à solução da questão prejudicial incidental....661

9.8.5. Impedimentos à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental 662
9.8.5.1. Objeção de impertinência 662
9.8.5.2. Objeção de ausência de contraditório 662
9.8.5.3. Objeção de incompetência 664
9.8.5.4. Objeção de cognição insuficiente 665
9.8.5.5. Objeção de ausência de remessa necessária 665
9.8.6. Alegação das objeções à extensão da coisa julgada à prejudicial incidental 666
9.8.7. Instrumento para o controle da coisa julgada relativa à prejudicial incidental 667
9.8.8. Questão prejudicial principal 667
9.8.9. A sobrevivência da ação declaratória incidental 667
9.8.10. Ação declaratória autônoma 668
9.8.11. Direito transitório 669
9.9. Questões cuja resolução não se torna indiscutível pela coisa julgada 669
10. Limites subjetivos da coisa julgada 670
10.1. Regra geral 670
10.2. Hipóteses de extensão da coisa julgada a terceiros 671
10.3. Coisa julgada e obrigações solidárias (art. 274 do Código Civil) 673
11. Eficácia preclusiva da coisa julgada 676
12. Limites temporais da coisa julgada 679
12.1. Generalidades 679
12.2. Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado (art. 505, I) 680
12.3. Instrumentos de controle da coisa julgada 685
12.4. Teoria da relativização atípica da coisa julgada 686
13. Coisa julgada e ações concorrentes 690

Capítulo 13 ▶ **Tutela Provisória 691**

1. Noções gerais 691
1.1. Tutela definitiva: satisfativa e cautelar 691
1.2. Características da tutela cautelar 692
1.2.1. Referibilidade e temporariedade 692
1.2.2. A coisa julgada cautelar 693
1.3. Síntese 696
2. "Tutela provisória": antecipação provisória dos efeitos da tutela definitiva 697
2.1. Generalidades 697
2.2. Características 698
2.3. Espécies de tutela provisória: satisfativa (antecipada) e cautelar 699
3. Regime jurídico da tutela provisória: regras gerais 700

3.1. Introdução terminológica. 700
3.2. Fundamento: urgência ou evidência 702
3.3. Forma de requerimento: incidental ou antecedente 703
3.4. Legitimidade 705
3.5. Cabimento 708
3.6. Momento da concessão 710
3.6.1. Considerações iniciais 710
3.6.2. Liminarmente 711
3.6.3. Na sentença 714
3.6.4. Em grau recursal 714
3.7. Manifestação do requerido 715
3.8. Instrução 716
3.9. Decisão 717
3.10. Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo 718
3.11. Recurso 720
3.12. Efeitos antecipáveis 720
3.13. Forma de efetivação 722
3.14. Concessão de ofício 726
4. Tutela provisória de urgência 727
4.1. Considerações iniciais 727
4.2. Pressupostos gerais 729
4.2.1. Probabilidade do direito 729
4.2.2. Perigo da demora 730
4.3. Pressuposto específico: reversibilidade da tutela provisória satisfativa 733
4.4. Tutela de urgência satisfativa (antecipada) em caráter antecedente 736
4.5. Estabilização da tutela de urgência satisfativa (antecipada) 738
4.5.1. Estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada como técnica de monitorização do processo civil brasileiro 738
4.5.2. Pressupostos da estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada 740
4.5.2.1. Requerimento de tutela provisória satisfativa antecedente. 741
4.5.2.2. Ausência de manifestação do autor pelo prosseguimento do processo para a tutela definitiva. 741
4.5.2.3. Decisão que concede a tutela provisória satisfativa antecedente. 743
4.5.2.4. Inércia do réu. 743
4.5.2.5. Síntese dos pressupostos para a estabilização da tutela provisória satisfativa e negócio processual atípico sobre o tema. 746
4.5.3. Ação de impugnação ou confirmação da decisão concessiva de tutela provisória satisfativa estabilizada 747
4.5.4. Estabilização da tutela satisfativa antecedente e coisa julgada. Confronto com a ação monitória 749

4.5.5. Despesas processuais e estabilização da tutela satisfativa antecedente 750
4.5.6. Aplicação da técnica da estabilização da tutela provisória à tutela requerida em caráter incidental e à tutela provisória de evidência 751
4.6. Tutela de urgência cautelar em caráter antecedente 752
4.7. Fungibilidade das tutelas de urgência 755
5. Tutela provisória de evidência 757
5.1. Conceitos fundamentais 757
5.2. Pressupostos 759
5.2.1. Noções iniciais 759
5.2.2. Tutela de evidência punitiva. Atos protelatórios e abusivos da parte 760
5.2.3. Tutela de evidência documentada fundada em precedente obrigatório 765
5.2.4. Tutela de evidência documentada de contrato de depósito 768
5.2.5. Tutela de evidência documentada na ausência de contraprova documental suficiente 769
6. Tutela provisória contra a Fazenda Pública 771
6.1. Panorama legislativo – perspectiva histórica e atual 771
6.2. Panorama doutrinário 773
6.3. Panorama jurisprudencial 777
6.4. Exigência de trânsito em julgado para a expedição do precatório (EC n. 30/2001 e n. 62/2009) 780
6.5. Tutela provisória para a obrigação de fazer, não fazer e dar coisa em face do Poder Público 782
6.6. Tutela provisória contra o Poder Público em matéria tributária 784

Capítulo 14 ▶ **Processo Estrutural 787**

1. Histórico do assunto 787
2. Conceitos 789
2.1. Problema estrutural 789
2.2. Processo estrutural 792
2.3. Decisão estrutural 794
3. Características 796
3.1. Características típicas, mas não essenciais: a multipolaridade, a coletividade e a complexidade 796
3.2. Características essenciais: o problema estrutural, a implementação de um estado ideal de coisas, o procedimento bifásico e flexível, e a consensualidade 800
4. Procedimento 800
4.1. Flexibilidade intrínseca e consensualidade 800
4.2. As duas fases do processo estrutural: o *standard* do processo falimentar 801
4.2.1. Primeira fase: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida (um novo estado de coisas) 802

4.2.2. Segunda fase: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural ... 803
4.2.2.1. Definição do tempo, modo e grau de reestruturação, do regime de transição e da forma de avaliação/fiscalização das medidas estruturantes. ... 804
4.2.2.2. Decisões em cascata ... 809
4.3. Algumas técnicas de flexibilização do procedimento no processo estrutural ... 811
4.3.1. Atenuação das regras da congruência objetiva externa e da estabilização objetiva da demanda, com possibilidade de alteração do objeto. ... 811
4.3.2. Legitimidade democrática pela abertura do processo à participação de terceiros ... 812
4.3.3. Atipicidade dos meios probatórios ... 814
4.3.4. Atipicidade das medidas executivas. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): Claims Resolution Facilities ... 815
4.3.5. Atipicidade da cooperação judiciária ... 816
4.4. Adoção do procedimento comum do CPC, com trânsito de técnicas ... 818

Bibliografia ... 821